
VERDADE E VERDADES (FONTE: TEXTOS MALDITOS)

Quando se julgam sábios, eu me arrepio de suas sentenças mesquinhas, de suas pequenas verdades, e sua sabedoria tem muitas vezes o odor do pântano; e, na verdade, nela discerni mais uma vez o coaxar dos sapos. (Nietzsche - Assim Falava Zaratustra p. 151).

Ao se falar da verdade o primeiro obstáculo a ser superado deveria ser o de saber em que consiste a verdade. O que queremos dizer quando afirmamos, esta é a verdade, a pura verdade. Ou, então, adjetivarmos uma pessoa ou uma coisa como verdadeiras. Uma pessoa verdadeira seria porque encarna o ideal de pessoa ou porque fala sempre a verdade? Uma fruta é verdadeira porque é natural, oposta à artificial? O raciocínio lógico, inaugurado pelos gregos e, desde então, adotado incondicionalmente pelas ciências em geral, colocou a verdade e a falsidade em dois campos opostos. Uma exclui a outra, da mesma maneira como o não nunca pode estar contido no sim. Um juízo ou é verdadeiro ou é falso, ou é afirmativo ou é negativo.

Entretanto, parece que as coisas não são bem assim. Apesar dos gregos terem montado um processo argumentativo, supostamente, seguro - o silogismo - a clareza sobre o que seja a verdade nunca foi atingido. (A pergunta de Pilatos ao Cristo continua incomodando e sem resposta). Isto valeria se o ideal de objetividade do cientista fosse um fato concreto. Segundo escreve Bourdieu “o interesse que se pode ter em objetivar um universo de que se faz parte é um interesse pelo absoluto, é a aspiração às vantagens associadas à ocupação de um ponto de vista absoluto, não realizável”. (Coisas Ditas p. 47) A busca deste mirante soberano, capaz de garantir um ponto de vista absoluto, condição indispensável para se falar em verdades absolutas, ainda não foi delimitado apesar de tantos filósofos e cientistas tentarem nos fazer acreditar que eles o encontraram. Os filósofos desenharam uma Consciência Transcendental ou um Eu Puro como o ponto de partida para se construir verdades universais. Os cientistas confiaram, e alguns ainda confiam, que a Razão pode raciocinar sem a intervenção das emoções, os obstáculos fatais para se alcançar a verdade objetiva.

As duas condições, a dos filósofos e a dos cientistas, foram sempre contestadas. No primeiro caso, creio ser suficiente lembrar as seguintes palavras de Bourdieu: “Descubro que alguém se torna sociólogo, (poderia ser cientista ou qualquer outra coisa), teórico, por ter o ponto de vista absoluto, a *theoria*; e que, enquanto permanecer ignorada, essa ambição régia, divina, é formidável princípio de erro. De modo que para escapar, por pouco que seja, do relativo, é absolutamente necessário abdicar da pretensão ao saber absoluto, renunciar à coroa de filósofo rei”. (Bourdieu, Coisas Ditas. p. 47). Diante da busca das verdades e dos princípios universais, Pierre Bourdieu julga mais correto preocupar-se com os agentes que teriam interesse no universal, em lugar de preocupar-se com a existência de “interesses universais”. Tudo indica que o ideal de universalidade epistemológica não faz parte da

humanidade circunscrita a um tempo e a um espaço específicos, mas é uma proposta que acoberta outros interesses, geralmente, de grupos privilegiados.

Quanto aos cientistas, o segundo caso, apelo para Maturana. “Los científicos - escreve ele - sostenemos que nuestras emociones no participan en la generación de declaraciones y explicaciones científicas. Lo sostenemos porque el criterio de validación de explicaciones científicas especifica por completo las operaciones que tenemos que realizar como observadores tipo para generar una explicación científica en una forma que es constitutivamente independiente de nuestra emocionalidad. (Realidad: objetiva o construida? p. 87). Neste sentido Bronowski parece, com certa descrença, perguntar “mesmo hoje, quantas pessoas compreendem que os conceitos da ciência não são nem absolutos, nem neutros?”. (Ciência e Valores Humanos p. 44) A resposta, segundo meu modo de interpretar o texto e o contexto de Bronowski, seria de que cada vez mais diminui o número dos que admitem a possibilidade de se atingir o absoluto e a neutralidade no campo cognitivo. Aqueles que ainda resistem o fazem mais como proteção de sua fragilidade argumentativa do que para assegurar a verdade. O sonho da verdade absoluta acabou, não porque exatamente não possa existir, mas porque o espectador tem limites que o impedem de apreendê-la. Diante desta circunstância nada melhor do que concordar com essa tese de Bourdieu: “a crise de que se fala hoje é a crise de uma ortodoxia, e a proliferação das heresias é, em minha (de Bourdieu) opinião, um progresso em direção à cientificidade”.

A verdade, de fato, é fruto do tempo. E a verdade da ciência, segundo nos diz Bronowski, é uma criação que tem pouco mais de três séculos. Se cada época desenha suas verdades, o problema da verdade, entretanto, parece fazer parte da bagagem da humanidade desde suas origens. Para isso, acredito ser fundamental indagar pelo sentido da verdade. A palavra verdade diz a mesma coisa para todos os povos e todas as culturas? Parece que não. Essa indagação lembrou-me as aulas de Introdução à Filosofia, especificamente ao texto de Julian Marias que tratava da função vital da verdade. (Julian Marias Introdução à Filosofia p.93-115). Ele fala em três sentidos da Verdade. Naquele tempo, essa distinção pouco destaque recebeu em aula, não passou de um conteúdo teórico e escolar, pelo que me lembro, nem mesmo o professor deu alguma ênfase. Agora, certamente, ela merece, pelo menos de minha parte, uma lembrança muito significativa e com força de argumentação, queria dizer científica, mas, seguindo o meu raciocínio, não faria muito sentido.

Segundo Julian Marias, os três sentidos da verdade estão vinculados a três culturas, a hebraica, a grega e a latina. Assim, verdade na língua hebraica é designada pelo termo emunah, cujo sentido é estabelecer uma referência pessoal, característica marcante dos povos semitas. Não há, como ocorre nas culturas ocidentais, a existência de conceitos abstratos de verdade. Ela está vinculada à pessoa. Assim, a pessoa verdadeira é aquela em quem posso confiar e com quem posso contar. O amigo verdadeiro não falha e cumpre o prometido. O Deus verdadeiro é aquele que assiste e acompanha o seu povo, e nele o povo pode esperar e confiar. A verdade se confunde com a vida, com a existência pessoal e coletiva. A verdade parece ter currículo, fazer história.

Os gregos entendiam a verdade como *aletheia* que significa o que não está oculto, portanto o que se revela, o manifesto, o desvelado. Heidegger, num curso de verão de 1943 sobre um fragmento de Heráclito, retoma o significado grego de verdade como *aletheia* que, segundo ele, é um jogo entre o revelar-se e o ocultar-se, entre luz e sombra. (Vorträge und Aufsätze. 1954). Fica claro que não tem o sentido de posse ou de apropriação, nem mesmo mental.

Já os latinos, apesar de sua herança hebraica através do Cristianismo e de sua aculturação grega, não só buscaram uma nova palavra, mas acabaram dando à verdade um sentido profundamente cognitivo ou epistemológico. Assim, *veritas*, da qual se origina verdade, significa a exatidão entre o dizer e a coisa dita. Por exemplo, um relato histórico é verdadeiro quando narra com fidelidade o que aconteceu em todos os seus detalhes. Uma verdade científica é verdadeira quando a representação mental corresponde à coisa representada. Desta maneira as ciências modernas foram anunciadas como aquelas que reproduziriam nas teorias com exatidão a ordem do Universo. Acredito não incorrer em casuísmo irresponsável se afirmar que, a partir desta concepção, a verdade torna-se um bem apropriável, o que possibilita o surgimento dos donos da verdade e dos processos que a ela conduzem.

Retomando um pouco a distinção entre os três sentidos, quero acentuar dois aspectos. Em primeiro lugar, a herança hebraica foi perdida totalmente, em parte porque ela mantém uma forte carga subjetiva, o que fere os princípios da objetividade e da neutralidade; e em parte porque não é resultante de um processo cognitivo. A verdade é inteligível, não vivencial, a característica fundamental da *Epistheme* grega. Portanto esse direcionamento parte de uma escolha humana. As razões podem ser discutidas, certamente, entre elas está o ideal de uma nova ordem de poder. Esta instauração e expansão da verdade cognitivista no Ocidente, no meu entender, deve-se, inicialmente, ao apóstolo Paulo de Tarso que, formado na escola grega, passou a pregar os evangelhos dentro das exigências da argumentação epistemológica - “científica” - do pensamento filosófico grego. Ele não convence seus ouvintes com milagres, mas com argumentos. Ele começa fazer teologia, isto é ciência religiosa. Deus, as verdades reveladas e os ensinamentos evangélicos deixam, pelo menos em parte, de serem experiências existenciais para se tornarem conceitos e objetos cognitivos. A teologia medieval, através das sumas teológicas, consolidou essa transformação epistemológica. As ciências modernas concluíram essa passagem para o cognitivo dispensando os conteúdos herdados, seja dos livros sagrados, seja dos filósofos gregos, para construir seu próprio conteúdo pela leitura direta do universo através da Razão humana. Desde então o cognitivismo passou a ser a única instância do saber verdadeiro.

Foi assim que, teoricamente, a verdade passou a ser o ideal universal de todo o cientista, e ao alcance de todos aqueles que seguirem os modelos lógico-matemáticos de raciocinar. Hoje, entretanto, muitas vozes se levantam denunciando a falsidade, a hipocrisia e o cinismo reinantes entre os cientistas na pretensa busca da verdade. Aumenta cada vez mais a idéia de que, há muito tempo, a verdade deixou de ser o alvo maior da corrida dos

cientistas. O que está em jogo é a própria corrida que leva à caverna do tesouro. Pode-se perguntar o que fomenta as pesquisas e empolga os cientistas é a verdade ou uma gorda conta bancária e futuros financiamentos? Fatos comprometedores ocorrem freqüentemente e em muitas partes do mundo. Por exemplo, o jornal, Folha de São Paulo de 12 de fevereiro de 2002, reproduziu uma notícia veiculada pelo jornal britânico "The Guardian", denunciando cientistas que estariam assinando artigos sobre determinados fármacos, sem mesmo lê-los, escritos por pessoas vinculadas a companhias farmacêuticas, em troca de benefícios pecuniários.

Diante desta situação não tão nova, vozes levantam-se mostrando que cientistas e empresas financiadoras, além de estarem longe do ideal da verdade, a manipulam segundo outros interesses das mais diferentes ordens, especialmente, a do mercado.

VERDADE E PODER

Uma vez a verdade confundia-se com o destino da comunidade humana, fundia-se com a vida ou com o viver de todo o grupo. Não havia os que sabiam a verdade e os que não sabiam. Desde que a verdade deixou de ser o guia e a vivência de todos, para tornar-se uma apropriação de uma casta privilegiada ou de iniciados, ela transformou-se na maior aliada do poder. Não quero, aqui, especular sobre essa transição, vou ater-me, como habitualmente se faz, aos gregos. Aos filósofos, como eram os homens do saber na Grécia, cabia a função de governar. E segundo a antropologia da época os homens nasciam desiguais. Um destino da Natureza ou dos Deuses. Uns eram caprichosamente melhor aquinhoados. Foram chamados de aristói, os melhores. Eles nasciam perfeitos, em sua existência ocorria o desdobramento natural de suas virtudes herdadas pelo desabrochar de suas faculdades. As faculdades superiores, neles dominantes, eram as que alcançavam os bens do espírito, cujo ápice era a sabedoria. Somente os aristói teriam, embora sem mérito próprio, uma vida digna, enquanto o restante da população era condenado a uma existência inferior, cuja função principal era preocupar-se com os bens materiais. Enquanto os primeiros dedicavam-se às nobres atividades mentais, isto é, às ciências e às artes; os segundos, pela sua característica de força física, deviam realizar os trabalhos manuais na produção de bens de consumo e da defesa. Enquanto uns tomavam as decisões, aos outros era dever adaptá-las. Não havia o que reclamar porque esta era a ordem natural das coisas. Nenhum humano era responsável pela sua criação, apenas devia preservá-la por ser uma imposição da Natureza.

Portanto, não é de estranhar que, desde o princípio, a verdade sempre foi apresentada numa atmosfera de uma pureza angelical. Ela pairava acima das pessoas que a conheciam, porque delas não dependia. Seguindo a tradição platônica e neoplatônica o conhecimento não é resultante de uma iniciativa humana, mas inscrito na mente das pessoas. A idéia ou conhecimento é inato. Conhecer é recordar - *scire est reminisci* - era a tese de Platão que depois foi reestruturada pelo iluminismo de Sto. Agostinho. O iluminismo agostiniano caracteriza-se pelo princípio de que o conhecimento humano é possível pela

junção entre a luz física, que vem dos sentidos, com a luz espiritual, que vem de Deus. Dois séculos antes, ainda que condenados como hereges, os gnósticos sustentaram uma tese mais radical afirmando que o conhecimento é reservado aos iniciados e por concurso direto da Divindade.

Diante desta não participação do homem na definição da verdade foi fácil transformá-la em fator legitimador do poder, liberando de responsabilidade os seus detentores. Os governantes governam em nome da verdade, à qual eles mesmos devem submeter-se.

Quando a verdade maior era religiosa, cuja fonte primeira e inquestionável era a revelação divina, o poder passou a ser exercido por alguém que fosse legitimamente investido de um cargo e reconhecido como representante do poder divino. A verdade era proclamada sob inspiração divina e o poder exercido em nome de Deus.

Os cientistas da modernidade vieram dar um basta a esse tipo de verdade e ao modelo de poder. É verdade que o primeiro passo foi dado por Lutero proclamando o acesso à verdade pela comunicação direta e pessoal com Deus, não precisando passar pelo crivo da autoridade, mas a vinculação ao poder vai acontecer com a Revolução Francesa.

Os modernos, além de dispensar a autoridade como critério de verdade, também projetaram um outro tipo de verdade e criaram uma nova metodologia de sua construção. A Razão construiria a nova verdade usando a nova metodologia que começava da estaca zero. Nada se sabe. A mente é uma tábula rasa, nela tudo pode ser inscrito. As verdades da tradição grega foram dispensadas e Deus foi excluído do processo cognitivo. O homem tornou-se o senhor absoluto da verdade e dos caminhos que a ela conduzem. A verdade não vinha de Deus e nem o poder deveria continuar ser exercido em seu nome. Estava aberto o caminho para um novo tipo de governo e de governante.

A consolidação da verdade científica, como fonte de poder, acontece quando ela passa a complementar-se como técnica. Marx, em seus escritos filosóficos, especificamente na undécima tese a Feuerbach, lança seu famoso veredicto de que a filosofia não podia contentar-se em interpretar o mundo, era preciso transformá-lo. Talvez a filosofia não tenha contribuído decisivamente para realizar o desejo de Marx, mas as ciências, os cientistas e a técnica, certamente, o levaram muito a sério. O mundo sob o signo da cientificidade moderna mudou de maneira quase apocalíptica. Provavelmente não foi esta a transformação proposta por Marx, entretanto, é ela que temos de aceitar ou de enfrentar.

Inicialmente, sob os auspícios da nova cientificidade, as grandes transformações aconteceram nas áreas da física e da química. O universo não passava da organização da matéria. Ele era uma grande máquina possível de dominar e conduzir. Tudo foi interpretado sob o paradigma de que o universo era sustentado por forças físico-químicas, nada mais haveria além delas. Conhecê-las e formulá-las tornou-se a suprema tarefa dos cientistas. Não é preciso dizer o que aconteceu, a realidade está diante dos nossos olhos nua e crua.

A partir da metade do século passado a biologia, impulsionada pelas teorias evolucionistas, assumiu um papel preponderante na construção do modelo da verdade científica. Seguindo esse novo caminho e graças ao avanço significativo da genética, criaram-

se técnicas de intervenção direta na estrutura dos seres vivos pela manipulação de genes. Assim, os alvos mais cobiçados e valiosos das pesquisas passaram a ser os organismos vivos. Os vegetais, entre eles os cereais, foram os primeiros alvos - ou vítimas - privilegiados dos pesquisadores. Daí resultaram os híbridos que foram recebidos com unânime entusiasmo. Junto com essas transformações genéticas primárias vieram os produtos químicos para o seu cultivo e a preservação dos ataques de fungos e insetos. Tudo foi apresentado e festejado como facilitação do trabalho humano e fabuloso aumento de lucros. Pouco se falou nas conseqüências de desequilíbrio ambiental e de ameaça à saúde dos trabalhadores e dos consumidores. Chegamos, desta forma, à controvertida transgenia. Em seguida, os cientistas entraram eufóricos e cheios de ganância no mundo da vida animal. Os seres geneticamente modificados representaram um tímido começo. Depois vieram as clonagens, aceitas com um misto de desconfiança, espanto e admiração. Por fim, chegou a vez do homem. Ele foi submetido aos diferentes estágios das experiências em animais até o último passo, a clonagem. O fenômeno da manipulação genética e, em especial, da clonagem em seres humanos foi interpretado, por alguns, como uma atitude audaciosa ou sacrílega do homem brincar de Deus, por outros, como um grande passo para aumentar a longevidade e a qualidade de vida dos seres humanos, graças a novas terapias que daí se espera produzir.

No meio de todas as controvérsias que estão surgindo em torno dos rumos das ciências, uma coisa fica cada vez mais clara, a verdade deixou de ser o alvo dos cientistas. Há outros interesses que não os do conhecimento do universo e do homem, certamente, os do poder e os do mercado. Vou apelar mais uma vez às palavras de Bourdieu. "O sucesso de todas as metáforas que levam a conceber a pesquisa como um puro registro mecânico, 'barômetro', 'radiografia', e as encomendas que os políticos, ignorando instituições de pesquisas financiadas pelo Estado, continuam a encaminhar às empresas privadas de pesquisa, atestam essa expectativa profunda de uma ciência sob encomenda e sob medida". (Coisas Ditas p.222) Esta inusitada situação abriu caminho pela disputa do poder e do mercado através da manipulação da verdade "científica" e do controle através da instalação de monopólios.

VERDADE E MONOPÓLIOS

A verdade deixou de ser verdadeira para ser mercadoria e política. Instala-se, de um lado, na expressão de Edgar Morin, a cientotecnocracia; de outro lado, a submissão às leis do mercado. De maneira simplificadora é possível dizer que na medievalidade, o governo era exercido em nome da verdade divina, e na modernidade passa a ser exercido pela ciência e pela técnica, em ambos os casos instalaram-se monopólios da verdade. Tendo-se o monopólio da verdade tem-se o controle do poder. Tal procedimento, no passado, levou ao fracasso a ordem científica e política da Idade Média, e passou, na atualidade, a abrir o caminho para o fracasso total da Modernidade. A exigência, cada vez mais maior, de uma ciência pós-moderna está a comprovar a iminência desta bancarrota epistemológica e política.

O controle do conhecimento através de monopólios não é uma originalidade do nosso tempo, os gregos já haviam percebido que um controle absoluto do poder somente pode ser assegurado pelo controle absoluto sobre o seu fundamento, a ciência. Hoje há uma diferença, não há uma ciência que controla toda a verdade, mas há ciências, e cada ciência tem seu objeto e sua verdade. Pode-se dizer que cada ciência quer assegurar-se o monopólio da verdade em seu território.

Na área das ciências naturais o controle sobre a produção do conhecimento científico e os critérios de verdade científica ocorrem com mais segurança graças ao princípio da objetividade. Como é o caso da física, da química ou da biologia. Os cientistas possuem mecanismos de medida para avaliar os resultados das pesquisas e as novas teorias que surgem. Já nas ciências humanas o problema fica mais complexo diante da subjetividade. Mas também aqui aparecem núcleos de verdade resistentes. Vou tentar, ainda que com o risco de falhar, descrever algumas situações.

Os sociólogos e os que se intitulam de cientistas políticos são apresentados como os responsáveis mais diretos pela construção da verdade sócio-política. Vou pontuar o aspecto do exercício do poder. Coloca-se, quase universalmente, que a democracia seria a única maneira legítima de governar. Em outras palavras, o controle da verdade na política referente a legitimidade do poder chama-se democracia. Entretanto o significado de democracia e de governo democrático, na prática, não está claro. Democracia, de fato, seria o poder exercido pelo povo. Mas como o povo poderia governar? O povo, adverte Danilo Marcondes De Souza Filho, não é propriamente uma entidade. Povo é uma “entidade abstrata” e como tal não pode ser sujeito de uma vontade ou de decisão da mesma maneira como se fosse um indivíduo. (Danilo Marcondes de Souza Filho. Filosofia, Linguagem e Comunicação p. 66). A solução encontrada foi o princípio de representação, embora o problema subsista, assim, um governo é democrático porque foi ungido pelo povo através do voto. A conclusão lógica adotada é muito simples, havendo eleições está salva a verdade da democracia. No entanto sobraram algumas questões muito delicadas. Por exemplo, as eleições ocorrem em plena liberdade? O voto é dado com pleno conhecimento do programa de governo, sem coações e lavagens cerebrais pela manipulação dos meios de comunicação de massa? A escolha dos candidatos é legitimada pelos eleitores? O governante, depois de eleito, atende aos interesses do povo? Uma eleição é suficiente para garantir um governo democrático?

Os fatos mostrariam que a resposta seria, não. Entretanto não se percebe nenhum interesse em levar a sério tais questões. As respostas mostrariam que a verdade científica ou sociológica de democracia não é verdadeira. As teorias sociológicas e econômicas que embasam o governo, embora sirvam para dar títulos acadêmicos, parece que na prática não funcionam. Creio ser pertinente lembrar uma situação muito próxima e conhecida de muitos, refiro-me ao atual presidente do Brasil. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso mostrou que suas teses sócio-econômicas sobre as funções do Estado, pela minha leitura de seus escritos, não foram contempladas em seu governo. Sei que empolgaram muita gente do alto escalão intelectual de nossas academias, mas não chegaram a ser efetivadas. Aliás,

dizem que ele mesmo teria pedido para esquecer o que escrevera. Mesmo que não tenha pedido para a povo esquecer, certamente, ele esqueceu.

Seguindo o meu raciocínio, como pode ser considerado democracia um país em que um terço da população vive na miséria, dezoito por cento da população está desempregada, vinte ou trinta por cento da população é analfabeta, dois por cento são proprietários de setenta por cento das terras, a desigualdade da distribuição das riquezas é escandalosa, a corrupção é escamoteada, a impunidade dos poderosos é normal. Uma simples eleição anula tudo? Agora outra situação. Quando num país, não há eleições, mas o analfabetismo foi eliminado, os benefícios da saúde estão ao alcance de todos, a educação é um modelo consagrado, a medicina comunitária é reconhecida mundialmente, os recursos econômicos, ainda que poucos devido a bloqueios comerciais, são distribuídos dentro de padrões aceitáveis de justiça, não seria democracia? Sem o voto não se pode falar de país ou governo democrático, mesmo mais justo que o dito democrático? As eleições, no primeiro caso, apagam as injustiças de um país criminosamente desigual e injusto? E, no segundo caso, a ausência de eleições neutraliza os ganhos de uma população inteira? Será que não estamos diante de uma das mais nefastas práticas de cinismo? Tão bem denunciadas por Sloterdijk em seu livro *Crítica da Razão Cínica*.

O mesmo podemos dizer das ciências econômicas. As verdades econômicas, produzidas pelos economistas, os cientistas da área, e aplicadas pelos governos, não conseguem satisfazer as necessidades básicas da população podem ser consideradas científicas? Ou seriam científicas porque conseguem sustentar os privilégios das elites. A “ciência econômica” dos que conseguem sobreviver com dois reais por dia nunca será um saber reconhecido. Pode-se fazer a seguinte comparação, um cidadão, habituado a viver com todo o conforto da vida moderna, como sobreviveria se viesse a se perder na floresta amazônica? Ou como diz Feyerabend, lembrado por J. Horgan, que os bosquímanos Kung, da África, sobrevivem num ambiente em que qualquer ocidental morreria em alguns dias”. (O Fim da Ciência p.73). Nem assim a “ciência” do selvícola seria reconhecida cientificamente, porque ela não é teorizada, talvez nem seja teorizável. Mas os economistas de plantão continuam com o monopólio da verdade econômica, mesmo que ela marginalize metade da população do planeta.

Concluindo a respeito da democracia, apesar de todas essas incoerências - ou cinismos? - a ela continua como o monopólio da legitimidade do poder ou de governar. De povo - demos - somente conserva a raiz etimológica, porque na prática o povo mesmo continua muito distante do poder. Se estivesse, no mínimo perto, certamente, decidiria diferentemente do que os governos, ditos democráticos, decidem.

Existem outros monopólios de verdade, até anteriores aos das ciências. Por exemplo, o Cristianismo atribuiu-se, evidentemente em nome de Deus, o único depositário dos bens da salvação, monopólio já denunciado por Max Weber em sua obra principal *Economia e Sociedade*. O Cristianismo em geral, e a Igreja católica em particular seriam a única via de acesso ao paraíso e à vida eterna junto a Deus. As conseqüências disto estão na História. Cito alguns fatos recentes que mostram como pode ter sido uma atitude pouco correta. Refiro-

me às desculpas recentes apresentadas a Galileu, a Lutero, aos povos escravizados, etc. Se não houvera o monopólio do controle dos caminhos do céu, talvez, estes constrangimentos não teriam ocorrido.

Como complemento e reforço dos monopólios da verdade existem as comissões científicas, os tribunais, as instituições, os meios de divulgação que cercam com suas garantias a pureza da verdade científica e a legitimidade das pesquisas. No interior destas institucionalizações instalam-se os donos da verdade. Eles sabem o que é verdade e o que não é. Tudo o que estiver em consonância com o paradigma de suas verdades será verdadeiro, em contrapartida, tudo o que discordar será não científico e não verdadeiro, portanto, rejeitado. “Considero que el más grande peligro con el que una persona se enfrenta en su vida es creer ser el dueño de la verdad”. (Maturana, La Realidad: objetiva o construída? p.102). Esses donos cientistas defendem a ortodoxia científica com o mesmo ardor com que os tribunais eclesiásticos defendem os dogmas da Igreja.

Os fatos que mostram melhor como esses verdadeiros impérios epistemológicos funcionam. Nesta função de defensores do poder imperial, o cientista, de certa maneira, abdica de eu título de cientista para tornar-se um burocrata das ciências. Cria tribunais, inventa critérios, estabelece metodologias e outras formas de controle em nome dos quais rejeita o que é discordante. Apenas um exemplo, “Em 1935, Albert Einstein, Boris Podolski e Nathan Rosen haviam publicado um trabalho com a intenção de desmascarar a teoria da mecânica quântica, que consideravam maluca demais para ser levada a sério. Nela se via a possibilidade de entrelaçamento entre duas partículas, mas Einstein classificou esse entrelaçamento como uma “fantasmagórica ação a distância”. Sabemos que a mecânica quântica venceu e que ela tornou-se a base teórica do teletransporte. Fenômeno que cientistas da Universidade de Innsbruck, na Áustria, em 1997 teriam usado usado a técnica para teletransportar um fóton instantaneamente de um ponto a outro de uma sala. Em setembro de 2001, físicos da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, deram um grande e novo passo rumo ao teletransporte, na medida em que julgaram ter possibilidades para derrubar o muro que separa o microcosmo da mecânica quântica do mundo macro da vida cotidiana e da tecnologia. Conseguiram unir os destinos - ainda que por uma fração de segundos - de trilhões de átomos separados no espaço. (Resultado publicado na revista Nature de 27.09.2001 reprodução da Folha de S. Paulo) O físico Marcelo Gleiser explica o fenômeno com esse exemplo: “Imagine um futuro longínquo, quando aviões, trens, etc. tenham se tornado coisas do passado. Para ir de um ponto a outro no espaço, bastará entrar em uma cabine de teletransporte e sair, instantaneamente, em outro destino desejado. Poderemos começar uma viagem em São Paulo e terminá-la no Rio, ou em outra galáxia”. Desta vez, os donos da verdade não conseguiram deter o avanço da ciência.

A lista dos monopólios da verdade e de todos os mecanismos que os acompanham é infindável, entretanto, aqui, o compromisso era uma simples denúncia do cinismo que tais monopólios acabam por desenvolver. Máscaras de todos os tipos são confeccionadas diariamente para que os interesses das elites possam desfilar inocentemente diante das misérias e das ignorâncias dos outros. Felizmente, ainda que de maneira muito tímida, à

sombra desses poderosos monopólios nascem vozes de resistência, mesmo que com sua franqueza não consigam vencer a força da verdade dominante, pelo menos, nem que seja alguns séculos depois, conseguem inspirar um “mea culpa” e uma palavra de desculpas.

AS RESISTÊNCIAS

As verdades prontas e acabadas encontraram resistência desde o momento em que passaram a ser impostas como verdades para todos. A raiz da idéia de universalidade (katholike) é uma invenção originalmente grega. Foram os filósofos gregos, a começar por Sócrates, que estabeleceram o princípio de que se uma verdade é verdade deve ser verdade para todos e será sempre verdade. Isto porque na verdade estão contidas as questões essenciais da vida do homem e do universo. A verdade define o que são todas as coisas e cada coisa. Mas o que seriam as questões essenciais que a verdade nos oferece? Acredito que a melhor resposta está nas seguintes palavras de Feyerabend: “Você evoca as “questões essenciais”, “essenciais” para quem? Há aquelas colocadas pelos cientistas, ou epistemólogos - esses funcionários do pensamento -, mas porque deveríamos aceitar os seus critérios? Para mim, as questões essenciais são aquelas que me atingem profundamente em minha vida, e estas raramente são colocadas pela ciência. A religião seria mais adequada para lidar com elas, e se, com efeito, a ciência substituísse Deus, uma grande parte dessas questões não seriam mais formuladas. Além disso, ninguém nos impede de abordá-las no presente. Seria diferente se vivêssemos em uma sociedade totalmente dirigida por cientistas, como preconiza Platão; a “polícia do pensamento” nos impediria. O Único inconveniente hoje é a nossa própria auto-censura, mas quem são os cientistas para nos intimidar assim?” (Guitta Pessis Pasternack. Do Caos à Inteligência Artificial p.97).

A contestação às questões ou às verdades essenciais obviamente só poderia começar no berço delas, a Grécia. Diógenes (? - 323 a. C), talvez, seja o primeiro a recusar-se publicamente aceitar as verdades metafísicas platônicas e aristotélicas. Quem seria o homem, como conceito universal, se existem homens? Diógenes, à verdade aristotélica do homem abstrato, propõe a verdade do homem em carne e osso, aquele que vive as agruras de uma sociedade excludente, a marginalidade de uma ciência ilusória. Ele não se vale de raciocínios, pois refuta a linguagem dos filósofos, por isso recorre ao jogo satírico, irônico e insolente do Bufão ou do palhaço de circo. Assim, ele sai à rua em pleno dia com um lampião para encontrar o Homem, designado pela representação mental e abstrata do conceito, a invenção de Sócrates. Em outra oportunidade atira um galo depenado no interior de uma sala onde estava reunido Platão com seus discípulos, dizendo: “aí está o Homem, bípede implume”. Acontece que Platão havia definido o homem como um animal com dois pés e sem penas. Devido a esses procedimentos, Diógenes foi chamado de cínico, isto é, cachorro (palavra cínico deriva de Kion=cachorro - Segundo Gomperz, o próprio Diógenes teria adotado como título de honra o epíteto injurioso de cão. O seu túmulo parece confirmar tal fato, pois sobre ele fora colocado um cão esculpido em mármore.) Penso que o sentido

etimológico correto de cínico é dado por Roberto Romano, filósofo e professor da Unicamp, ao dizer que “os cínicos receberam tal apelido porque mordiam como cães ferozes os hipócritas e os poderosos”. Vieira, também, no “Sermão do Bom Ladrão”, exalta o cínico Diógenes porque “tudo via com mais aguda vista do que a dos outros homens”.

Peço licença ao leitor para abrir um parêntese. Peter Sloterdijk, em seu livro, *Crítica da Razão Cínica*, com muita clareza apresenta dois sentidos distintos de cinismo. O primeiro, aquele da Escola Cínica, colocada entre as escolas menores do Período Socrático, fundada por Antístenes mas da qual Diógenes foi o maior mestre, significa uma crítica das ilusões de um saber abstrato baseado na metafísica, e uma denúncia da hipocrisia da sociedade. Sloterdijk, para caracterizar este significado original, escreve cinismo. O segundo sentido designa a atitude hipócrita das elites sábias e governantes contemporâneas. Os atos cínicos explicam melhor que as definições. Por exemplo, um presidente anuncia o fim do racionamento de energia elétrica como se tivesse sido resultado de sua capacidade administrativa, entretanto, o racionamento foi motivado por incapacidade administrativa, obrigou o povo a duros sacrifícios e reduziu as atividades produtivas. E ele sabe de tudo isto, mas apresenta o fato como um triunfo de seu governo e, a ele mesmo, como o sábio. Em termos mais vulgares, cínico é o que manda matar e depois vai chorar no velório. Então, resumindo o duplo sentido de cínico, teríamos cinismo no sentido grego e cinismo no sentido moderno.

Retomando o nosso discurso das resistências, ainda entre os gregos encontramos outro grande contestador, Epicuro (341-270 a.C.). Ele contradiz a teoria dos aristói da filosofia platônica. Segundo Platão, os aristói nasciam bons e melhores que os outros. Toda sua vida era virtuosa e digna naturalmente. Epicuro, ao contrário, afirmava que todos podem tornar-se aristói, alcançar uma vida digna e melhor, pelo seu esforço. A verdade de Epicuro não foi aceita, ela acabaria com a classe dos aristói e dos aristocratas. Foi mais fácil confiná-lo na sua doutrina de prazer. Tanto que, ainda hoje, salvo estudiosos mais atentos, o epicurismo é apresentado como a filosofia do prazer como uma ação devassa e libertina.

Mais perto de nós temos Erasmo de Roterdã (1467-1536). Ele escreveu *Elogio da Loucura*, em que investe contra a razão abstrata e critica a hipocrisia social que transforma a vida humana numa comédia, por isso o sábio verdadeiro é o louco. Creio ser pertinente lembrar que antes do *Elogio da Loucura* de Erasmo, encontramos duas obras interessantes de Nicolau de Cusa (1401-1464) - *A Douta Ignorância* e *Apologia da Douta Ignorância* - que, embora não possam ser fruto do espírito cínico, certamente revelam as descrenças passadas e futuras nas capacidades da razão em conhecer, e apontem para seus limites e sua relatividade.

Por fim, encontramos Nietzsche, Frédéric Nietzsche (1844-1900), talvez o último grande mestre da Resistência ao pensamento único. Muito se poderia dizer sobre a figura de Nietzsche como o símbolo por excelência da recusa em aceitar o estabelecido. Interpreto esta recusa sob dois aspectos. O de Nietzsche que é exatamente não aceitar uma civilização que se afastou do humano do homem. E o aspecto dos quem pertencem ao estabelecido se desdobra em dois momentos. O primeiro, evidentemente, os sábios do pensamento oficial

recusaram Nietzsche por inteiro. O segundo, os mesmos sábios de ofício, especialmente os filósofos, vendo em Nietzsche um pensamento atípico e, portanto, inspirador, dele se cercam e não cansam de citá-lo. Assim mesmo se, hoje, alguém arriscasse escrever uma dissertação ou uma tese ou, mesmo, um simples artigo, no estilo de “Assim Falava Zaratustra”, duvido que os senhores da Academia ou os Conselhos editoriais aprovem.

Nesta história de resistência às verdades oficiais, o caso do heliocentrismo e a figura de Galileu tornam-se obrigatórios, por isso, não poderia deixar de repeti-la. Entre tantas informações que Arthur Koestler nos oferece em seu livro *The Act of Creation*, encontramos os diferentes conflitos vividos pelos defensores do heliocentrismo no século XVI. Inicialmente, Copérnico adiou a publicação de sua teoria não apenas pelo medo das condenações da Igreja Católica, mas e especialmente, pelo medo de ser ridicularizado por seus colegas astrônomos. Depois, com Galileu, as coisas não mudaram tanto. E não faltou a Galileu conselhos de amigos que sugeriam deixar de se dedicar a essas questões, pois cientificamente de nada valiam e, o que era pior, só arrumaria encrencas com o Papa.

Não sou defensor do fim das ciências, mas do seu monopólio de verdade. Seria uma insensatez... O próprio Feyerabend, um crítico feroz das ciências e das metodologias científicas, ao ser acusado de negar a ciência, reagia dizendo: que não ia ao extremo de jogar fora a ciência, mas acrescentou: “joguem fora a idéia de que a ciência é o principal”. Acontece que fica difícil libertar-se da supremacia da ciência porque, segundo a análise de Boaventura de Souza Santos, Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. (Crítica da Razão Indolente p. 84).

A possibilidade de abrir novos espaços surgem diante de saberes, capazes de resolver problemas que as ciências não resolveram, sem terem observado os procedimentos exigidos na produção de conhecimentos científicos. Para ser breve vou lembrar a acupuntura e a medicina homeopática. Ambas não surgiram de laboratórios. As universidades ocidentais não têm cursos específicos. Hoje, entretanto, como mostraram sua eficacidade, os donos da verdade científica delas se apoderaram. Se a acupuntura foi criada e praticada sem as bases do conhecimento científico dos cursos de medicina ocidental, por que deveria agora depender dele? Assim, quem criou e sabe fazer acupuntura, não pode mais praticá-la, porque precisa do aval do título da medicina científica. Não vou entrar no mérito deste fato, mas, sem dúvida, nele está presente o poder dos donos do monopólio do saber medical.

Cientistas sabe-tudo são sempre reacionários, uma afirmação cada vez mais correta. Quem acreditou em certezas atrasou o progresso da ciência, pois julga ter alcançado o ponto final de equilíbrio. A idéia do fim da ciência, defendida por John Horgan, reflete o perigo de uma ciência dogmática. O cientista ocidental, depois de se libertar de dogmas religiosos, políticos e filosóficos, não pode se deixar levar por outro dogmatismo, o das ciências, embora lhe seja favorável. Mas parece que nem mesmo os mais notáveis cientistas escaparam deste dogmatismo em todas as épocas. Os biólogos do século XIX levaram muito tempo para se livrar da teoria da geração espontânea. As teorias de Mendel sofreram o

descrédito dos cientistas juntamente com a tabela dos elementos de Mendeleieff, em que traça o sistema periódico dos elementos; somente reconhecida meio século depois de sua morte. A rejeição de novas descobertas e teorias, praticada pelos cientistas oficiais, tem uma história fantástica, talvez, a leitura do livro de Pierre Lentin, Penso, Logo me Engano - breve história do besteiro científico - pode oferecer informações preciosas para os defensores da legitimação dos monopólios de cientificidade, pelo menos, começar duvidar de sua fé inquebrantável.

Hoje a crença em uma ciência una e todo-poderosa começa a sofrer vários reveses, é verdade ainda não abalou as estruturas de poder, mas aos poucos abre espaço, no mínimo como discurso legítimo, especialmente quando advoga o direito de reconhecimento de outros saberes. Além de fatos concretos a seu favor, por ironia, a própria ciência vem expondo seus limites pela autoridade dos próprios cientistas. Humberto Maturana afirma com segurança que as “premissas fundamentais de todo sistema racional são não-rationais, são noções, relações, distinções, elementos, verdades que aceitamos a priori porque nos agradam” (Emoções e Linguagem na Educação e na Política p. 52). Edward Rothstein fazendo um comentário sobre o Museu de História Natural de Oxford conclui que ele “tende a tornar-se menos um templo celebrando o domínio do homem do que um espetáculo que os humanos devam olhar no papel de intrusos insignificantes”. Observando o Universo percebe-se que a ação do homem sobre ele é insignificante, poderá ser fatal e apocalíptica apenas para o nosso planeta Terra. (Caderno Mais, Folha de S. Paulo 22.08.2000).

O próprio cientista vê-se desmascarado quando lhe mostram que a sua afirmação de que as opiniões são dos outros, os não-cientistas, enquanto ele, cientista, reflete a verdade do real. Mas, no meu entender, os cientistas nada mais fizeram do que construir opiniões apenas usando o modelo oficial de ciência. Nada melhor, neste momento, do que citar uma passagem do Discurso do Método de Descartes que mostra o caráter biográfico da ciência. “Mas estimaria muito mostrar, neste discurso quais os caminhos que segui, e representar nele a minha vida como num quadro, para que cada qual possa julgá-la e que, informado pelo comentário geral das opiniões emitidas a respeito dela, seja este um novo meio de me instruir, que juntarei àqueles de que costumo me utilizar”. (Descartes – Col. Pensadores p. 30). Afinal Descartes, como fundador da modernidade, pode ser ouvido, também, naquelas idéias que não nos agradam. Caso Descartes, devido pertencer ao século XVI, pode-se recorrer a um pensador mais atual, Paul Feyerabend: “A idéia de que a ciência pode e deve ser elaborada com obediência a regras fixas e universais é, a um tempo, quimérica e perniciosa”. (Contra o Método p. 449).

Por fim, depois deste esforço de fazer um caminho, não para negar a verdade científica, mas para pedir que se reconheça a legitimidade de outras verdades, embora não científicas. Afinal, o movimento dos que reclamam a necessidade outras epistemologias, capazes de incluir as verdades humanas, está se tornando cada vez mais forte. Aliás seguindo o ensinamento de Thomas Kuhn as crises tem a função de nos alertar que esta é a ocasião de renovar os instrumentos. Entretanto, neste momento de se pensar em novos projetos, não se pode cair nos mesmos erros, por isso, essa advertência de Marilena Chauí é

fundamental: O discurso competente – a ciência como saber separado e como coisa privada, como instrumento de dominação no mundo contemporâneo – pede outras falas, se quisermos contestá-lo. A contestação, porém, não pode realizar-se de fora, opondo à competência estabelecida uma outra, supostamente ‘mais competente’”. (Cultura e Democracia p.3) A verdade objetivada da ciência levou-nos ao pensamento único, chegou a hora de proclamar outras verdades, em especial, as do mundo vivido, excluídas, segundo diz Henri Atlan, pelo atual monopólio da cientificidade moderna.